

O Partido Militar



Por ANA PENIDO & RODRIGO LENTZ*

Os militares querem se manter no poder nas próximas eleições

À luz do crescimento de Lula nas pesquisas que pautam as eleições de 2022, diversas análises políticas têm abordado a permanência ou não de Bolsonaro na presidência, e seus reflexos nas diferentes estratégias de poder que classes sociais e agrupamentos políticos têm adotado. Neste breve artigo, não exaustivo, discutiremos algumas projeções para o comportamento de um segmento social específico, hoje coordenado pelo Partido Militar.

Pressupostos

O que definirá o posicionamento do Partido Militar diante das eleições são as definições políticas de duas elites em particular: o sistema bancário-financeiro e do agronegócio brasileiros. No caso do segundo, as relações com o Partido Militar são sólidas e antigas, e se manifestam, por exemplo, na política indigenista, políticas de ocupação territorial, comércio internacional de commodities, etc.

Também tem peso nas definições o posicionamento estadunidense. Joe Biden sinaliza a prioridade da Europa, onde Bolsonaro tem baixa aceitação. Os EUA estão preocupados com a ascensão de governos progressistas recente no continente, e consideram o Brasil um fator importante para manter sua hegemonia e estabilidade regionais. Uma terceira via parece, dessa maneira, mais interessante para os EUA que Bolsonaro, um forte fator desestabilizador. Um posicionamento explícito chinês também impactaria, mas essa não parece ser uma tendência.

O Partido Militar não tem registro eleitoral. Dessa maneira, é impactado por alterações na legislação geral em discussão (como o voto distrital, ou a formação de confederações), e pelas disputas internas existentes nos partidos formais de que participa, como é o caso do PSL.

O Partido Militar continuará disputando o poder, independente do cenário, e o fará pela via eleitoral, e não através de golpes como o de 1964. Pode abrir mão da presença na cabeça de Ministérios, pois isso inclui um excesso de exposição por vezes indesejável, priorizando autarquias e empresas públicas, além das áreas diretamente mais próximas, como o Gabinete de Segurança Institucional e o Ministério da Defesa.

Cálculos eleitorais

(1). Com Bolsonaro disputando as eleições de 2022 contra Lula, sem uma terceira via

O Partido se coesiona em torno de Bolsonaro e parte para a conquista do segundo mandato, servindo novamente de fiador do presidente junto a outras categorias, como os neopentecostais, o centrão e a direita liberal. Um ou outro descontente do Partido Militar engole sapos na disputa do Executivo e se lança ao Legislativo. Caso Lula tenha absoluta liderança, adotarão um comportamento mais discreto, objetivando manter ao menos o espaço conquistado durante o governo Temer.

É muito improvável, quase impossível, independente da amplitude da frente política articulada por Lula, que o Partido Militar se some à uma candidatura da esquerda. Caso não exista essa liderança absoluta da candidatura Lula, o Partido Militar calculará seu comportamento conforme as movimentações de desestabilização mais amplas protagonizadas pelo Partido Fardado (membros de serviços de segurança públicos e privados em geral, parte deles associados às milícias), já

a terra é redonda

anunciadas por Bolsonaro.

(2). Com Bolsonaro disputando as eleições de 2022 contra Lula e contra uma terceira via articulada

Com medo de que Bolsonaro eventualmente perca as eleições e desejosos de se manter no poder, o Partido Militar se mantém no governo, mas articulando sorrateiramente um plano B. Se a terceira via for viável eleitoralmente, (com o general Santos Cruz, Sérgio Moro, Eduardo Leite ou outras possibilidades que surjam até lá) o Partido Militar se dividirá, mantendo “dois cavalos premiados” no páreo. Embora seja prejudicial para o Partido sair dividido, diante de uma possível derrota para a esquerda, seria uma forma de negociar a sua manutenção no poder político.

(3). Sem Bolsonaro, por conta de impeachment, aceitação de denúncia criminal ou de renúncia

O Partido Militar coesiona-se em torno do general Mourão até 2022 e adere a terceira via liberal (agora primeira). Se Mourão capitaneará essa nova chapa ou não, é secundário, mas faz parte da negociação para a adesão do Partido Militar ao impeachment a manutenção dos militares no poder. É a via favorita dos setores militares próximos ao lavajatismo.

Nas três situações anteriores, desde 2018, observa-se uma forte movimentação do Partido Militar também para as eleições legislativas e para os executivos estaduais. Caso se desenhe uma maior dificuldade para a manutenção do poder no executivo federal, o Legislativo ganhará um protagonismo ainda maior.

***Ana Penido** é pesquisadora de pós-doutorado do Instituto de Políticas Públicas em Relações Internacionais (IPPRI - UNESP).

***Rodrigo Lentz** é doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UNB).

Artigo escrito para o Observatório de defesa e soberania do Instituto Tricontinental.